

**ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE  
DO TURISMO NACIONAL  
DESTINOS INDUTORES  
DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL**

RIO DE JANEIRO

2013



## APRESENTAÇÃO

Com o intuito de auxiliar destinos turísticos, fornecendo informações que contribuam para a análise, a conjugação e o equilíbrio dos diversos fatores que, para além da atratividade, contribuem para a evolução da atividade turística, o Ministério do Turismo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) deram início, em 2008, ao Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Em 2010, o Estudo de Competitividade passou a ser denominado Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

A metodologia que gera índices em 13 dimensões ligadas à atividade turística permite monitorar a eficiência de um destino turístico sob a ótica da competitividade – conceito que impulsiona o destino a superar-se ano após ano, proporcionando ao turista uma experiência cada vez mais positiva.

Este índice tem o intuito de mensurar, de forma objetiva, diversos aspectos – entre eles os econômicos, sociais e ambientais – que indicam o nível de competitividade dos destinos turísticos. A partir da identificação e do acompanhamento de indicadores objetivos, e da geração de um diagnóstico da realidade local, torna-se mais viável a definição de ações e de políticas públicas que visem ao desenvolvimento da atividade turística.

O presente relatório apresenta individualmente os valores que o destino obteve nas 13 dimensões abordadas pelo estudo e reúne as análises sobre os resultados consolidados. Tais resultados foram gerados a partir de respostas coletadas no município pela Fundação Getulio Vargas de maio a agosto de 2013.

Com este documento, o Ministério do Turismo, o Sebrae Nacional e a FGV esperam fornecer aos destinos turísticos indicadores nacionais de eficiência que delineiem um termômetro da realidade da atividade no País. Conhecendo os aspectos passíveis de mensuração, cada destino verá ampliada sua capacidade de gestão dos recursos disponíveis e de intervenção sobre seus pontos fortes e fracos.

Ministério do Turismo  
Sebrae Nacional

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
SUMÁRIO.....	3
1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE .....	4
2. RESULTADOS .....	6
2.1. Índice geral .....	6
2.2. Infraestrutura geral .....	9
2.3. Acesso .....	10
2.4. Serviços e equipamentos turísticos .....	12
2.5. Atrativos turísticos .....	14
2.6. Marketing e promoção do destino .....	16
2.7. Políticas públicas.....	18
2.8. Cooperação regional.....	19
2.9. Monitoramento .....	21
2.10. Economia local .....	23
2.11. Capacidade empresarial.....	24
2.12. Aspectos sociais .....	26
2.13. Aspectos ambientais.....	28
2.14. Aspectos culturais.....	29
3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE .....	32

## 1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE

A fim de dar continuidade ao trabalho iniciado em 2008, o Ministério do Turismo (MTur), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) consolidam, no presente documento, os resultados da edição 2013 do *Índice de Competitividade do Turismo Nacional*.

Para realizar este estudo, pesquisadores da Fundação Getulio Vargas permanecem uma semana em cada destino aplicando um questionário com perguntas que incluem dados primários e secundários em 13 dimensões – Infraestrutura geral, Acesso, Serviços e equipamentos turísticos, Atrativos turísticos, Marketing e promoção do destino, Políticas públicas, Cooperação regional, Monitoramento, Economia local, Capacidade empresarial, Aspectos sociais, Aspectos ambientais e Aspectos culturais.

Todas as perguntas que integram as 13 dimensões do questionário compõem o Índice de Competitividade do destino, ou seja, mensuram **a capacidade crescente de um destino de gerar negócios nas atividades relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.**

Com base nas informações coletadas, foram atribuídos pontos às perguntas e pesos às variáveis, gerando índices para cada dimensão. Utilizou-se, por sua vez, um conjunto de pesos na ponderação das dimensões, que resultou em um índice global de competitividade do destino.

Para fins de análise, os índices de competitividade foram divididos em cinco níveis com escala de 0 a 100<sup>1</sup>:

**Nível 1:** intervalo entre 0 e 20;

**Nível 2:** intervalo entre 21 e 40;

**Nível 3:** intervalo entre 41 e 60;

**Nível 4:** intervalo entre 61 e 80;

---

<sup>1</sup> Para o posicionamento em níveis, segundo a escala proposta, utilizou-se o critério de arredondamento das pontuações. Por exemplo: abaixo de 20,4, a pontuação posicionou-se no nível 1 (entre 0 e 20); acima de 20,5, classificou-se no nível 2 (entre 21 e 40), e assim por diante.

**Nível 5:** destinos com índices entre 81 e 100.

Serão apresentados, portanto, os resultados consolidados do destino em 2013: o índice geral de competitividade do destino e o indicador em cada uma das 13 dimensões avaliadas. O documento apresenta ainda a média Brasil (média dos indicadores obtidos pelos 65 destinos) e a média das cidades capitais. Estes dados poderão ser comparados aos resultados obtidos nos anos anteriores, o que permitirá observar a evolução dos índices, graças à série histórica que vem sendo construída.

Para que o município avaliado possa comparar os resultados das cinco edições da pesquisa, é importante observar os critérios estatísticos nos quais esse levantamento se baseia. Considerou-se que o índice se manteve estável em casos de aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere um índice como evolução ou regressão, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos, no total geral ou em qualquer uma das 13 dimensões.

Uma vez conhecidos os índices nacionais de competitividade (média Brasil e média das capitais), recomenda-se que cada destino analise seus resultados de forma crítica, ponderando questões ligadas às suas características geográficas, econômicas e ao posicionamento, a fim de entender que os resultados de determinada dimensão serão influenciados por esses fatores. Dessa forma, não se espera que alguns destinos alcancem, necessariamente, o índice mais alto em todas as dimensões. Isso é especialmente aplicado a alguns destinos não capitais ou que estejam direcionados a nichos específicos de mercado.

Uma leitura criteriosa e consciente dos índices obtidos poderá fornecer referências para um planejamento que favoreça os pontos fortes e minimize os impactos de aspectos inibidores do desenvolvimento do destino turístico.

O principal objetivo deste relatório é permitir que os destinos estudados utilizem essas informações para planejar e tirar partido de vantagens competitivas, norteando a elaboração de políticas públicas que eliminem, gradativamente, os entraves ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

## 2. RESULTADOS

A pesquisa no Rio de Janeiro foi realizada entre os dias 12 e 16 de agosto de 2013, período em que foram entrevistados diversos representantes dos setores público e privado, associações de classe, entre outros, para coletar os dados que compõem o índice de competitividade do destino.

Aplicou-se, também, o método de observação *in loco* para a avaliação dos destinos. Em complemento aos dados coletados em campo, a pesquisa utilizou diversas informações disponíveis em fontes oficiais.

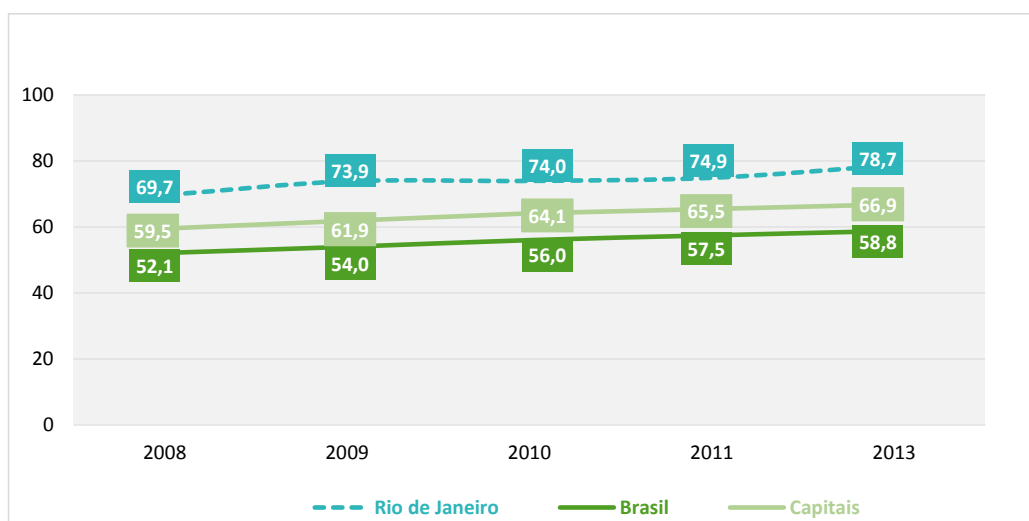
Além dos índices alcançados pelo destino em cada dimensão, serão destacados, a seguir, os principais fatores que contribuíram para tais resultados.

### 2.1. Índice geral

O índice geral de competitividade do destino turístico indutor refere-se à soma ponderada das 13 dimensões avaliadas.

O índice geral do destino em 2013 foi de 78,7 (nível 4). Esse resultado, apresentado no gráfico a seguir, ficou acima do índice obtido em 2011 (74,9):

**Gráfico 1. Índices gerais de competitividade – destino x Brasil: 2008-2013**

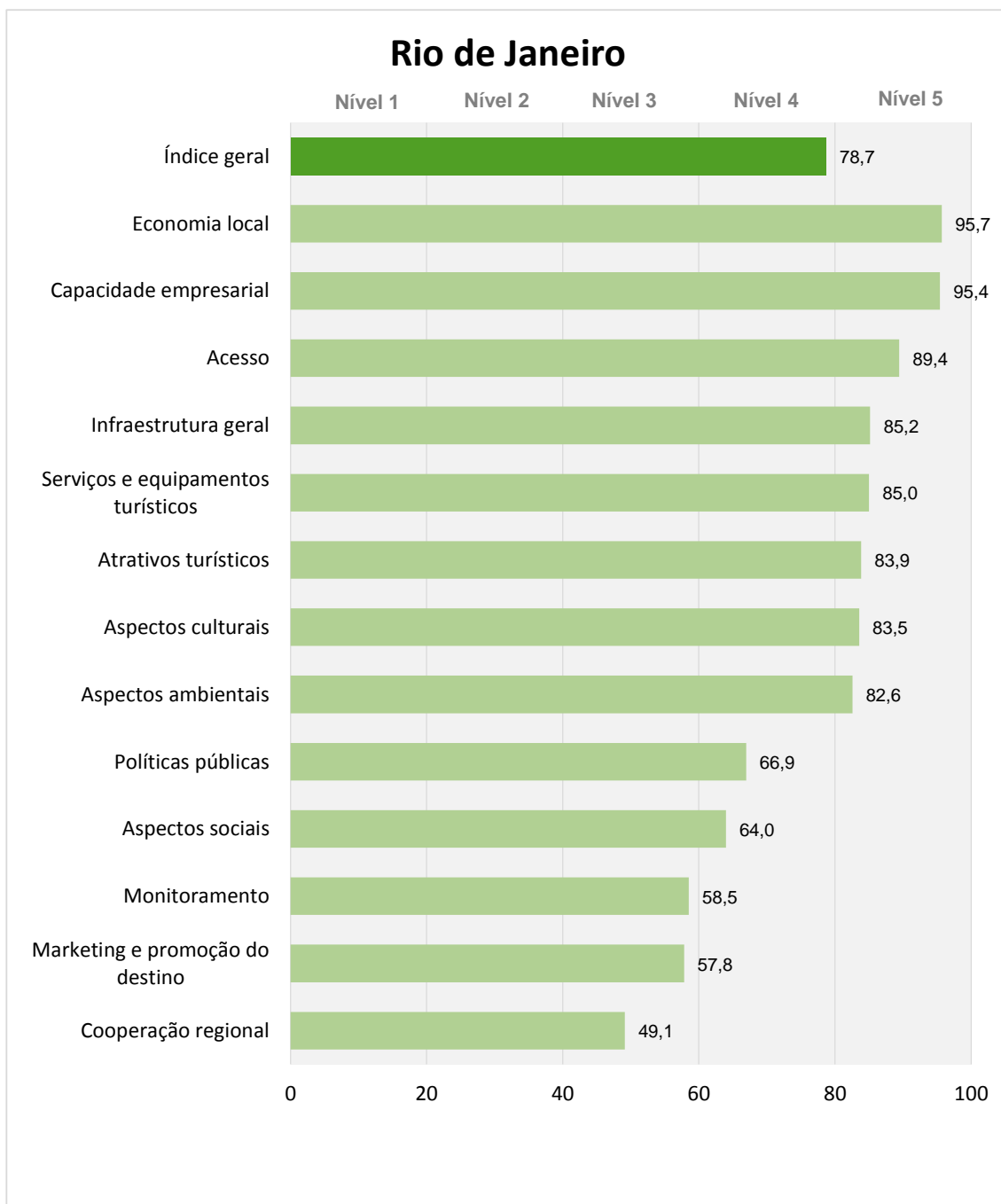


Observa-se no Gráfico 1 o comportamento dos indicadores do destino ao longo das cinco edições da pesquisa. Em 2013, o índice evoluiu, mantendo-se no mesmo nível de competitividade que 2011.

O Gráfico 1 apresenta a média Brasil e média das capitais, demonstrando que o índice do destino seguiu a tendência nacional de evolução gradual. Considerando os resultados obtidos por todos os 65 destinos avaliados em 2013, a média Brasil, índice referencial da competitividade nacional, foi de 58,8. A média dos índices das capitais foi de 66,9.

Os resultados apresentados a seguir apontam que, das 13 dimensões avaliadas, as que obtiveram melhores desempenhos, com índices acima do nível 4 (61 a 80), foram Economia local, Capacidade empresarial, Acesso, Infraestrutura geral, Serviços e equipamentos turísticos, Atrativos turísticos, Aspectos culturais, Aspectos ambientais, Políticas públicas e Aspectos sociais, conforme o gráfico a seguir. Todas as dimensões avaliadas no destino superaram o nível 2.

Gráfico 2. Índices por dimensão em ordem decrescente de desempenho



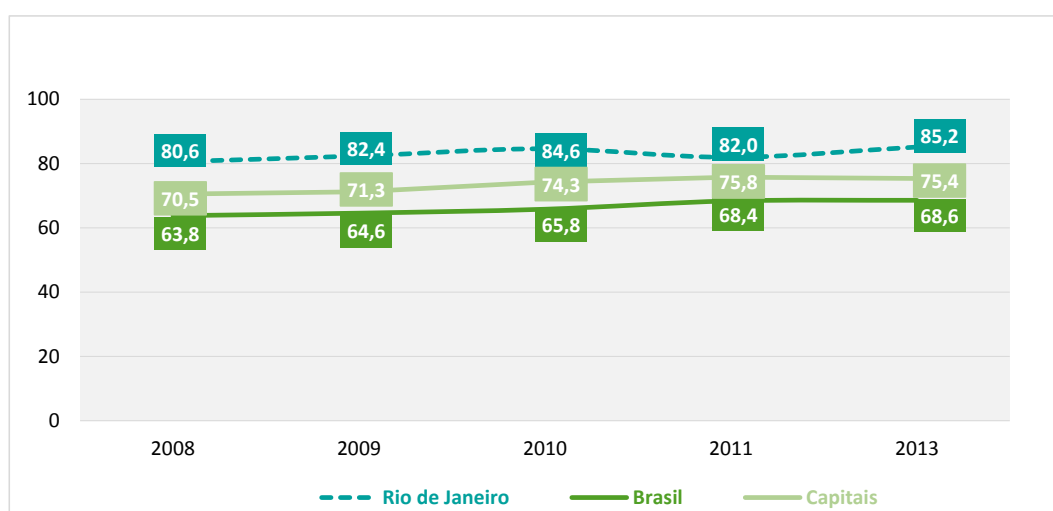


## 2.2. Infraestrutura geral

O *Índice de Competitividade do Turismo Nacional* considerou as seguintes variáveis referentes à *Infraestrutura geral*: (i) capacidade de atendimento médico para o turista no destino; (ii) fornecimento de energia; (iii) serviço de proteção ao turista; e (iv) estrutura urbana nas áreas turísticas.

Em *Infraestrutura geral*, a média Brasil em 2013 foi de 68,6. Rio de Janeiro registrou 85,2 nessa dimensão em 2013 (nível 5), índice acima do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 3. Índices Infraestrutura geral – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 75,4 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por fatores, tais como:

- Disponibilidade, no destino, de serviço público de atendimento médico em emergências 24 horas com alguns níveis de complexidade de atendimento (primeiros socorros, pequenas cirurgias, cirurgias de emergência, laboratório de análise, transfusão, raio x e tomografia);
- Fornecimento ininterrupto de energia elétrica no período de alta temporada;
- Presença de um grupamento especial de atendimento ao turista na Polícia Militar;
- Existência de um programa de proteção ao turista na Polícia Civil;

- Presença de Corpo de Bombeiros com grupo de busca e salvamento;
- Existência de Defesa Civil no destino;
- Existência de elementos de drenagem nas áreas turísticas;
- Presença de órgão responsável pela conservação urbana; e
- Existência de lixeiras, banheiros públicos e telefones públicos no entorno das áreas turísticas.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Estado de conservação do mobiliário urbano nas áreas turísticas;
- Locais que prestam serviços de atendimento (24h) operam durante a alta temporada acima da capacidade; e
- Inexistência de grupo de busca / salvamento na Defesa Civil.

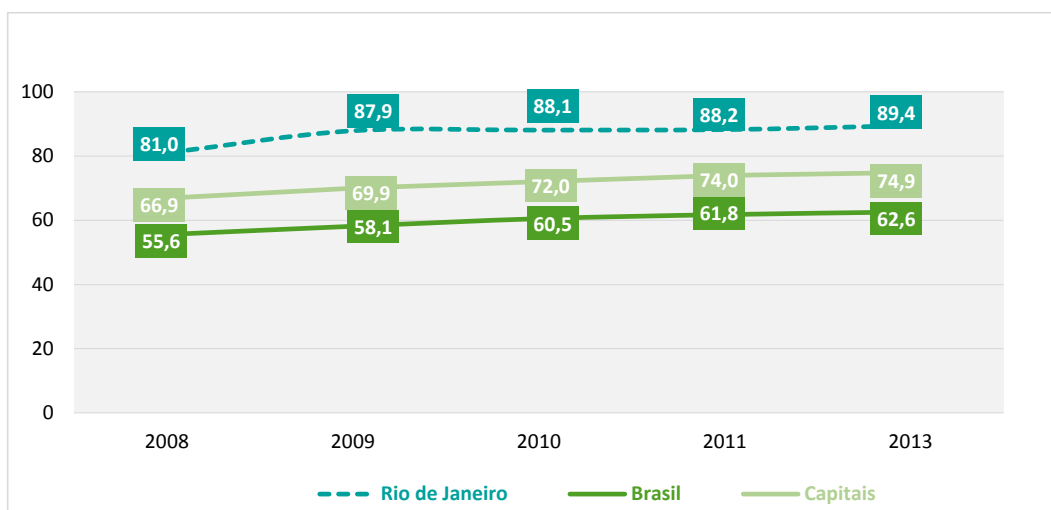
Além desses fatores, foram considerados na composição do índice, indicadores de saúde como a expectativa de vida da população, o número de estabelecimentos com atendimento de urgência, o número de postos ambulatoriais de atendimento, o número de profissionais de saúde e o número de leitos.

### **2.3. Acesso**

Nesta dimensão foram consideradas as seguintes variáveis: (i) acesso aéreo; (ii) acesso rodoviário; (iii) acesso aquaviário; (iv) acesso ferroviário; (v) sistema de transporte no destino; e (vi) proximidade de grandes centros emissores de turistas.

Em *Acesso*, a média Brasil em 2013 foi de 62,6. O destino registrou 89,4 nessa dimensão em 2013 (nível 5), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 4. Índices Acesso – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 74,9 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Entre os fatores que contribuíram favoravelmente para o índice de competitividade do destino nesta dimensão, constam:

- Aeroporto dentro do território municipal – Aeroporto Internacional Maestro Antonio Carlos Jobim – Galeão;
- Estrutura presente no terminal aeroportuário do destino, que conta com centro de atendimento ao turista (CAT), lojas, restaurantes e lanchonetes, locadoras de veículos, serviço de táxi e departamento médico;
- Opções de transporte público ou concessões para atender àqueles que desembarcam no terminal aéreo do destino (ônibus convencional e executivo com ar condicionado e taxi convencional e especial), conforme visita técnica ao município;
- Existência de um terminal rodoviário no destino, com estrutura adequada, incluindo centro de atendimento ao turista, lojas, restaurantes e lanchonetes, locadoras de veículos, serviço de taxi, entre outros, além da oferta de transportes para o deslocamento dos que embarcam e desembarcam na rodoviária (ônibus convencional e executivo com ar condicionado e taxi convencional e especial);
- Terminal aquaviário que atende ao município, e pelo qual embarcam e desembarcam turistas;

- Linhas de transporte urbano que atendem às principais atrações turísticas;
- Disponibilidade de transporte metroviário; e
- Serviços de táxi regularizados e padronizados.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

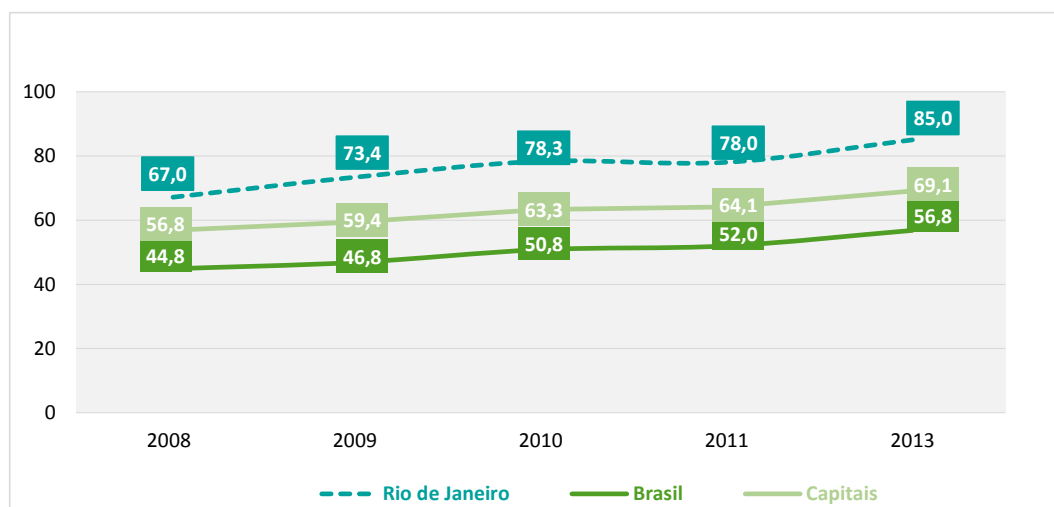
- Inexistência de linha regular de transporte turístico (ônibus ou similar) que interligue os principais atrativos do destino;
- Existência de congestionamentos no destino; e
- Carência de vagas para estacionamento nas áreas turísticas.

#### 2.4. Serviços e equipamentos turísticos

A dimensão *Serviços e equipamentos turísticos* contemplou as seguintes variáveis: (i) sinalização turística; (ii) Centro de Atendimento ao Turista - CAT; (iii) espaços para eventos; (iv) capacidade dos meios de hospedagem; (v) capacidade do turismo receptivo; (vi) estrutura de qualificação para o turismo; e (vii) capacidade dos restaurantes.

Em *Serviços e equipamentos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 56,8. O destino registrou 85,0 nessa dimensão em 2013 (nível 5), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 5. Índices Serviços e equipamentos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 69,1 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva pela verificação de fatores, entre os quais:

- Sinalização turística viária nos padrões internacionais recomendados pelo Ministério do Turismo, conservada e com informações disponíveis em idioma estrangeiro;
- Sinalização turística descritiva ou interpretativa nos atrativos, disponível também em idioma estrangeiro;
- Existência de Centros de Atendimento ao Turista no destino que oferecem diversos serviços, como contatos de operadoras, guias, agências, pontos de acesso à internet, profissionais que fornecem informações sobre o destino, entre outros serviços oferecidos;
- Centro de convenções no destino – o equipamento considerado como principal foi o Riocentro; sua estrutura física conta com capacidade para mais de um evento, independentes e simultâneos, estacionamento próprio e adequado ao porte, acesso a internet, entre outros;
- Oferta de outros espaços para a realização de eventos – como pavilhão de feiras e/ou parque de exposições, salas em hotéis para eventos de pequeno, médio e grande porte;
- Cumprimento de quesitos de acessibilidade na maioria dos meios de hospedagem;
- Presença de empresas de receptivo que oferecem diversos serviços aos turistas, inclusive com atendimento em idioma estrangeiro;
- Disponibilidade de guias de turismo registrados pelas normas do MTur;
- Existência de organização representativa de guias;
- Instituições de qualificação profissional que oferecem cursos livres, técnicos, graduação e capacitação nas áreas relacionadas ao turismo no município, como guias de turismo, organizadores de eventos, hotelaria, entre outros; e
- Estabelecimentos de alimentação com padrão turístico – capacidade para atender turistas estrangeiros.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

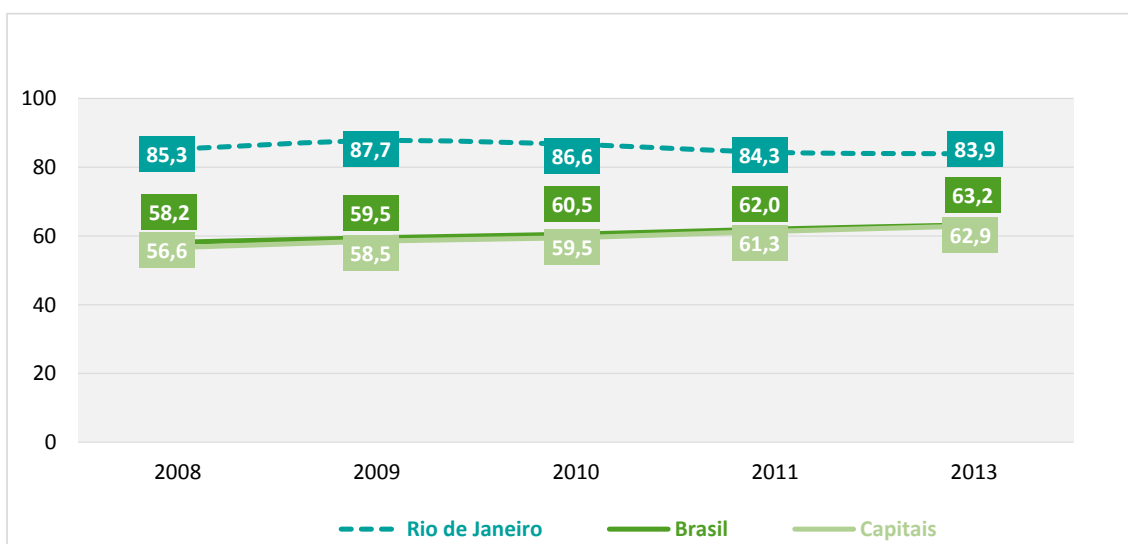
- Inexistência de transporte público para o principal centro de convenções;
- Ausência de políticas locais de incentivo ao uso de tecnologias que priorizem a questão ambiental em estabelecimentos de hospedagem; e
- O destino não possui instruções próprias para orientar empresas e ambulantes a respeito da higiene na preparação de alimentos.

## 2.5. Atrativos turísticos

Na dimensão *Atrativos turísticos*, o *Estudo de Competitividade* analisou as seguintes variáveis: (i) atrativos naturais; (ii) atrativos culturais; (iii) eventos programados; e (iv) realizações técnicas, científicas ou artísticas.

Em *Atrativos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 63,2. O destino registrou 83,9 nessa dimensão em 2013 (nível 5), um índice estável em relação ao obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 6. Índices Atrativos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 62,9, abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por diversos fatores, entre os quais:

- Existência de atrativos naturais para os quais há fluxo turístico, tais como: Morro do Corcovado, Pão de Açúcar e Praia de Copacabana;
- Evidência de conservação ambiental do entorno do principal atrativo natural indicado – Morro do Corcovado – conforme observado em visita técnica;
- Adoção de quesitos de acessibilidade no principal atrativo natural – em especial para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Presença de atrativos culturais com fluxo turístico, dos quais foram indicados como principais: Centro Histórico do Rio de Janeiro, Estádio Jornalista Mário Filho (Maracanã) e Complexo Arquitetônico da Lapa;
- Existência de eventos programados que atraem turistas, entre os quais: Carnaval na Marquês da Sapucaí, Reveillon em Copacabana e Árvore de Natal da Lagoa;
- Atende aos requisitos do Manual de Acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais;
- Existência de atrativos de realizações técnicas, científicas ou artísticas que atraem visitantes ao longo de todo o ano com interesse específico, independentemente de uma data especial no calendário de eventos, com destaque para a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), principal atrativo indicado nesta categoria; e
- São adotados quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência na FIOCRUZ.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Inexistência de controle de visitantes no principal atrativo natural conforme consta no Estudo de Capacidade de Carga, que, se aplicado, poderia minimizar o impacto da atividade turística sobre os recursos naturais;
- Estrutura disponível no local carece de melhorias, por exemplo, não existe centro de atendimento ao turista, apenas um banheiro adaptado para deficientes e de difícil acesso, as lixeiras estão em má conservação, entre outros;
- Inexistência de estudo de capacidade de carga para o principal atrativo cultural indicado;
- Estado de conservação urbanística e ambiental do entorno do principal atrativo cultural indicado;

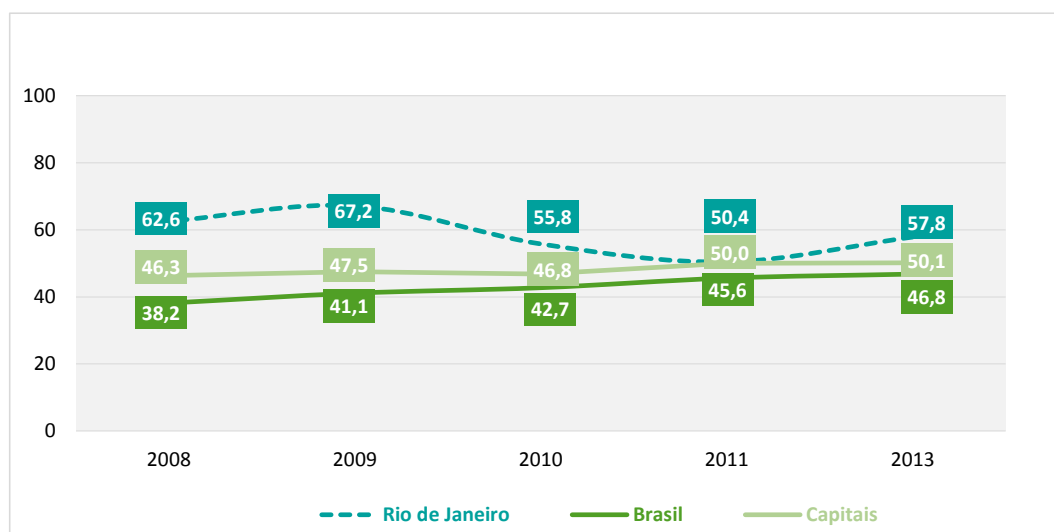
- Ausência de condições de acessibilidade para pessoas com deficiência no principal atrativo cultural; e
- Estado da estrutura física disponível no local em que acontece o principal evento programado indicado – Marquês da Sapucaí.

## 2.6. Marketing e promoção do destino

Na dimensão *Marketing e promoção do destino* foram consideradas as seguintes variáveis: (i) plano de *marketing*; (ii) participação em feiras e eventos; (iii) promoção do destino; e (iv) página do destino na internet (*website*).

Em *Marketing e promoção do destino*, a média Brasil em 2013 foi de 46,8. O destino registrou 57,8 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 7. Índices Marketing e promoção do destino – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 50,1 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador na dimensão *Marketing e promoção do destino* foi influenciado de forma positiva por fatores, entre os quais:

- Participação em feiras e eventos do setor de turismo nos últimos dois anos;



- Avaliação dos resultados dos eventos dos quais o destino participa, por meio de contagem de visitantes recebidos em estandes e dos relacionamentos estabelecidos (número de contatos feitos). Esta prática ocorre em eventos de turismo e em eventos de outros setores não diretamente ligados ao turismo;
- O destino turístico produziu, nos últimos cinco anos, eventos próprios para se promover fora de seu território, como por exemplo, o evento “O Rio é de Você” realizado nas principais cidades do Brasil e em Buenos Aires, Montevideo;
- Existência de material promocional institucional disponível em idioma estrangeiro;
- Existência de material promocional que apresenta a oferta de espaços estruturados para eventos no destino;
- O material promocional do destino passa por revisão ortográfica profissional;
- Agenda de eventos disponível para consulta gratuitamente, impressa e online;
- Informações turísticas sobre o destino na página institucional do município na *internet* – acessível pelo endereço [www.rio.rj.gov.br](http://www.rio.rj.gov.br); e
- Existência de página promocional de turismo do destino, acessível pelo endereço [www.rioguiaoficial.com.br](http://www.rioguiaoficial.com.br), também em idioma estrangeiro.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Inexistência de plano de marketing formal para o destino, o qual poderia ser elaborado com a colaboração de diversos atores, contendo metas e seus indicadores de desempenho, atribuição de responsabilidades, e fundamentado em pesquisa sobre a demanda turística, contemplando a relação com agências e operadoras;
- Não existe plano similar de marketing regional, que estabeleça ações e metas de mercado para o turismo no destino;
- Inexistência de uma prática institucionalizada de participação em feiras e eventos que não estão voltados para o setor de turismo;
- O material promocional não alerta o visitante sobre ações de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes, tampouco sobre a importância de preservar o meio ambiente; e
- Ausência de informações na página promocional de turismo do destino e que deixem claro aos potenciais turistas a preocupação do destino em prevenir a

exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo e em conservar o meio ambiente.

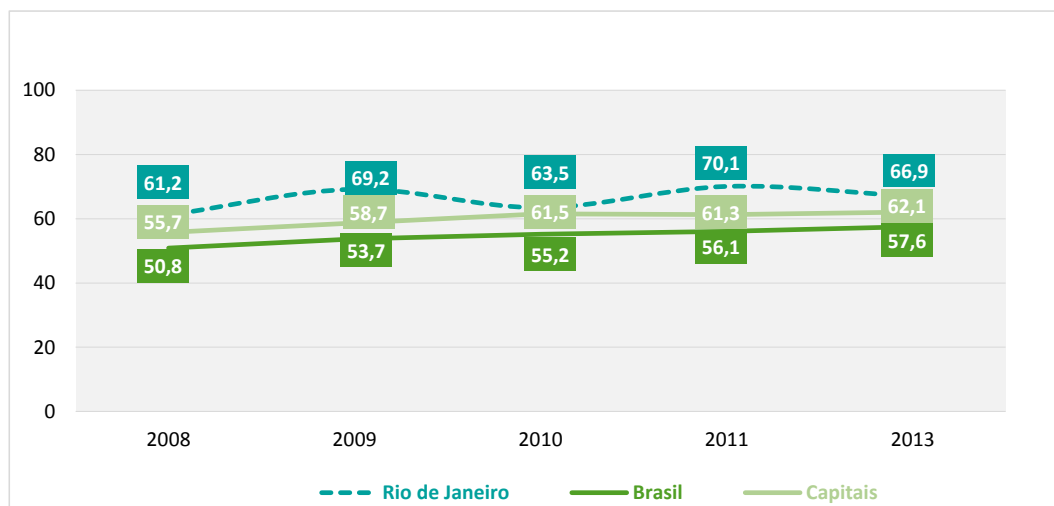
## 2.7. Políticas públicas

Para avaliar a dimensão *Políticas públicas* foram considerados os seguintes aspectos:

(i) estrutura municipal para apoio ao turismo; (ii) grau de cooperação com o governo estadual; (iii) grau de cooperação com o governo federal; (iv) planejamento para a cidade e para a atividade turística; e (v) grau de cooperação público-privada.

Em *Políticas públicas*, a média Brasil em 2013 foi de 57,6. O destino registrou 66,9 nessa dimensão em 2013 (nível 4), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 8. Índices Políticas públicas – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 62,1(nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Contribuíram de maneira positiva para a composição do indicador de competitividade nesta dimensão fatores como:

- Existência de uma secretaria municipal com a atribuição exclusiva de coordenar ou incentivar o desenvolvimento do turismo, que dispõe de recurso

próprio extraorçamentário para coordenar e incentivar o desenvolvimento do setor;

- A Secretaria de Turismo desenvolveu, no ano anterior, projetos em conjunto com outras secretarias em atividades relacionadas ao turismo, entre eles, o projeto Anfitriões do Futuro, em parceria com a Secretaria de Educação;
- Recebimento de recursos provenientes de emendas parlamentares no ano anterior;
- Além de atuar em cooperação com o Ministério do Turismo em programas ou convênios, foram feitos investimentos diretos do governo federal no destino em projetos ligados ao turismo, no ano anterior;
- Existência de Plano Diretor Municipal, revisado recentemente, que contempla o setor de turismo; e
- Execução de projetos em parceria com a iniciativa privada ou com entidades de classe representativas do setor ao longo do ano anterior.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

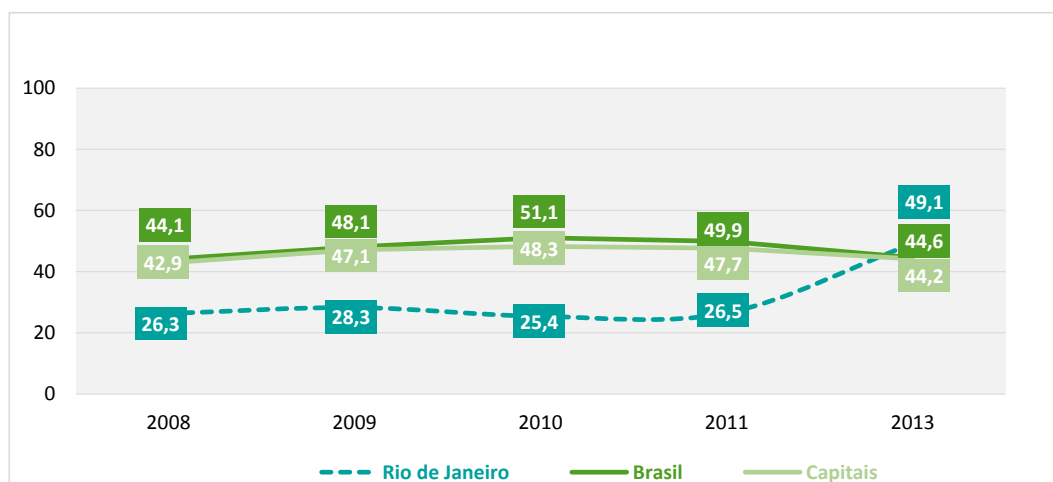
- Ausência de instância de governança local ativa – fórum ou conselho municipal de turismo - dedicada ao acompanhamento da atividade turística;
- Não recebimento de investimentos diretos do governo estadual em projetos que visam ao desenvolvimento do turismo, no ano anterior; e
- Rio de Janeiro não segue nenhum planejamento formal para o setor de turismo que defina diretrizes e metas do setor para os próximos anos.

## 2.8. Cooperação regional

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes à *Cooperação regional*: (i) governança; (ii) projetos de cooperação regional; (iii) planejamento turístico regional; (iv) roteirização; e (v) promoção e apoio à comercialização de forma integrada.

Em *Cooperação regional*, a média Brasil em 2013 foi de 44,6. O destino registrou 49,1 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 9. Índices Cooperação regional – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 44,2 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Cooperação regional*, alguns dos fatores que exerceram impacto positivo sobre o índice foram:

- Existência de projetos de cooperação regional compartilhados entre o município avaliado e outros destinos da região Serra Verde Imperial, entre eles, Campanha da Serra Verde Imperial, parceria com a Rio 40 graus;
- Existência de plano de desenvolvimento turístico integrado para a região;
- O destino integra roteiros regionais, comercializados por operadores e/ou agências locais, nacionais e internacionais, elaborados com informações de inventário da oferta turística, estruturados com a participação de atores do *trade* turístico;
- A elaboração dos roteiros regionais dos quais o destino faz parte considerou questões de sustentabilidade. Foram levados em conta os princípios de sustentabilidade constantes nos documentos do Plano de Regionalização;
- No ano anterior, o destino participou de eventos para a promoção e comercialização dos roteiros regionais ou da região turística dos quais faz parte, e realizou ações promocionais, em parceria com outros destinos da mesma região, com agentes/operadores de turismo receptivo; e
- O destino produz/coproduz material promocional da região turística e dos roteiros turísticos da qual faz parte.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador nesta dimensão, estão:

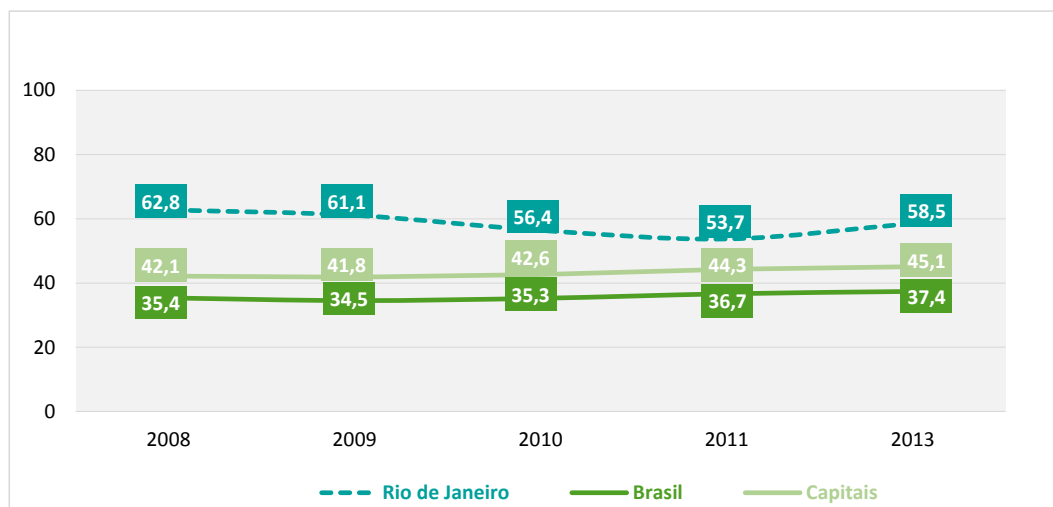
- Ausência de instância de governança regional, responsável pela coordenação das ações de regionalização do turismo;
- Ausência de projetos de cooperação regional compartilhados com outros destinos da região;
- Ausência das responsabilidades formalmente definidas determinadas no plano de desenvolvimento turístico integrado para a região;
- Não acompanhamento das ações previstas no plano integrado regional pelos órgãos/empresas de gestão de turismo no destino;
- Nos roteiros regionais dos quais o destino faz parte não há o monitoramento dos impactos ambientais, socioculturais e econômicos gerados pelo turismo; e
- Inexistência de página institucional da região turística na *internet*.

## 2.9. Monitoramento

Na dimensão *Monitoramento* foram considerados os seguintes quesitos: (i) pesquisa de demanda; (ii) pesquisa de oferta; (iii) sistema de estatísticas do turismo; (iv) medição dos impactos da atividade turística; e (v) setor específico de estudos e pesquisas.

Em *Monitoramento*, a média Brasil em 2013 foi de 37,4. O destino registrou 58,5 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 10. Índices Monitoramento – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 45,1 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Monitoramento*, o indicador foi influenciado de forma positiva por:

- Existência de pesquisa de demanda periódica, que gera dados relevantes para o planejamento do turismo no destino;
- Existência de pesquisa de oferta – Cadastramento – atualizada;
- Divulgação dos dados coletados na pesquisa de demanda e de oferta em relatórios gerenciais internos;
- Disponibilidade de um conjunto de estatísticas turísticas; e
- Existência de setor específico de estudos no âmbito da administração pública local, Departamento de Estatísticas em Turismo, que realiza pesquisas em turismo.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

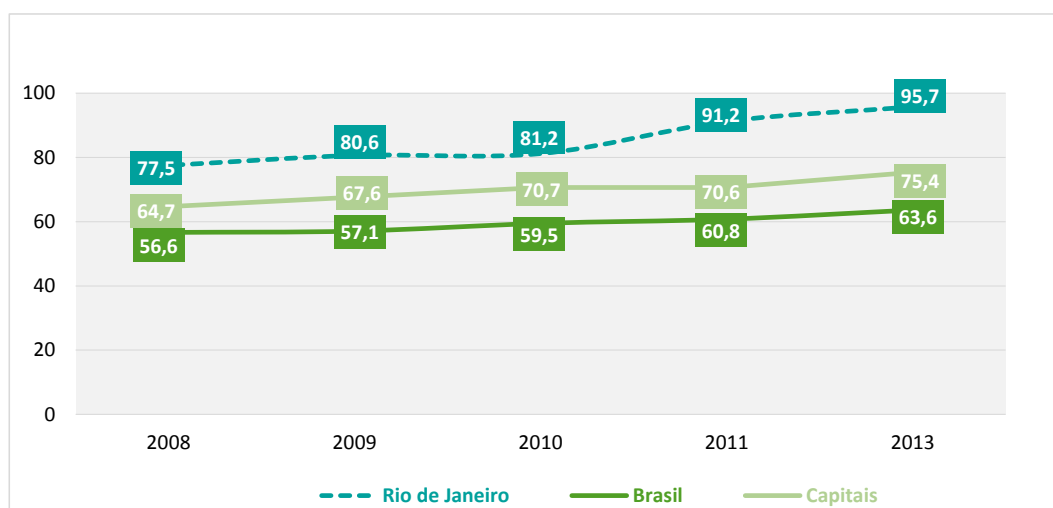
- Ausência de relatórios de conjuntura turística;
- Não acompanhamento dos objetivos da política em turismo em nível estadual e federal; e
- Não monitoramento dos impactos econômicos, sociais ou ambientais gerados pelo turismo.

## 2.10. Economia local

Para avaliar a dimensão *Economia local* foram considerados os seguintes aspectos: (i) aspectos da economia local; (ii) infraestrutura de comunicação; (iii) infraestrutura e facilidades para negócios; e (iv) empreendimentos ou eventos alavancadores.

Em *Economia local*, a média Brasil em 2013 foi de 63,6. O destino registrou 95,7 nessa dimensão em 2013 (nível 5), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 11. Índices Economia local – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 75,4 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Nesta dimensão, dados econômicos de fontes secundárias também foram observados, como o PIB, PIB *per capita* e volume de operações de crédito.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por fatores como:

- Acesso gratuito à internet em locais públicos;
- Presença de caixas eletrônicos de autoatendimento para saques com cartões de crédito internacionais;
- Existência de casas de câmbio para turistas estrangeiros;
- Existência de políticas locais ou regionais de incentivo à formalização de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços;

- Disponibilidade de benefícios locais de isenção ou redução de impostos ou taxas para as atividades características do turismo: incentivos fiscais para construção de novos hotéis – isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, redução do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS – com prazos definidos para início e término das obras (Decreto 33.763 de 05/05/2011);
- Oferta de benefícios financeiros locais ou regionais (linhas especiais de financiamento) para empreendimentos e serviços ligados ao setor por meio da AGE-RIO (agência Estadual de Fomento do Rio de Janeiro);
- Atuação de um *Convention & Visitors Bureau* exclusivo do destino – Rio *Convention & Visitors Bureau*; e
- Existência de um polo de negócios significativo – Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – que movimentava a economia local, e gera fluxo turístico receptivo.

Entre os fatores que limitam a evolução do indicador, estão:

- Não há fatores limitantes a serem destacados nesta dimensão. Outros dados analisados e que podem ter influenciado o resultado são dados econômicos de fontes secundárias, como o PIB, PIB *per capita* e volume de operações de crédito.

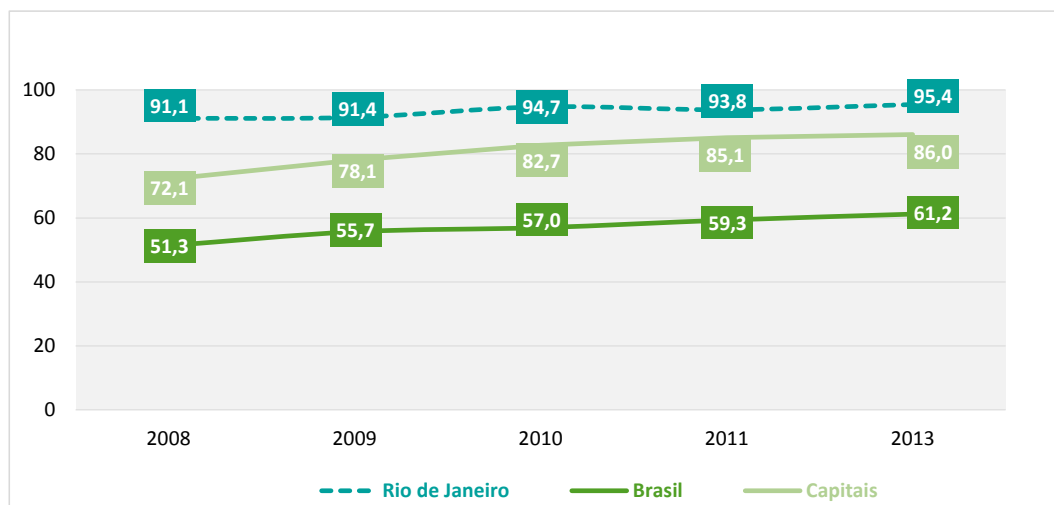
## 2.11. Capacidade empresarial

O *Estudo de Competitividade* considerou os seguintes quesitos referentes à *Capacidade empresarial*: (i) capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local; (ii) presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo; (iii) concorrência e barreiras de entrada; e (iv) presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias.

Em *Capacidade empresarial*, a média Brasil em 2013 foi de 61,2. O destino registrou 95,4 nessa dimensão em 2013 (nível 5), índice acima do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:



**Gráfico 12. Índices Capacidade empresarial – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 86,0 (nível 5), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de instituições de ensino com programas regulares de formação técnica, de formação superior e de cursos livres, e de escolas de formação em idioma estrangeiro;
- Pessoal local qualificado para trabalhar em cargos de gerência, administrativo e operação técnica (recepção, reservas, etc.) em meios de hospedagem, de acordo com a opinião dos entrevistados;
- Presença de grupos de redes nacionais ou internacionais do setor de turismo, no segmento de locação de automóveis e redes de meios de hospedagem;
- Existência de adensamentos de empreendimentos turísticos; e
- Presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias com mais de mil funcionários e de empresas que exportam mercadorias de alto valor agregado ou perecíveis.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Carência de pessoal local qualificado para trabalhar em hotelaria em cargos de serviços gerais, manutenção e porteiro; e

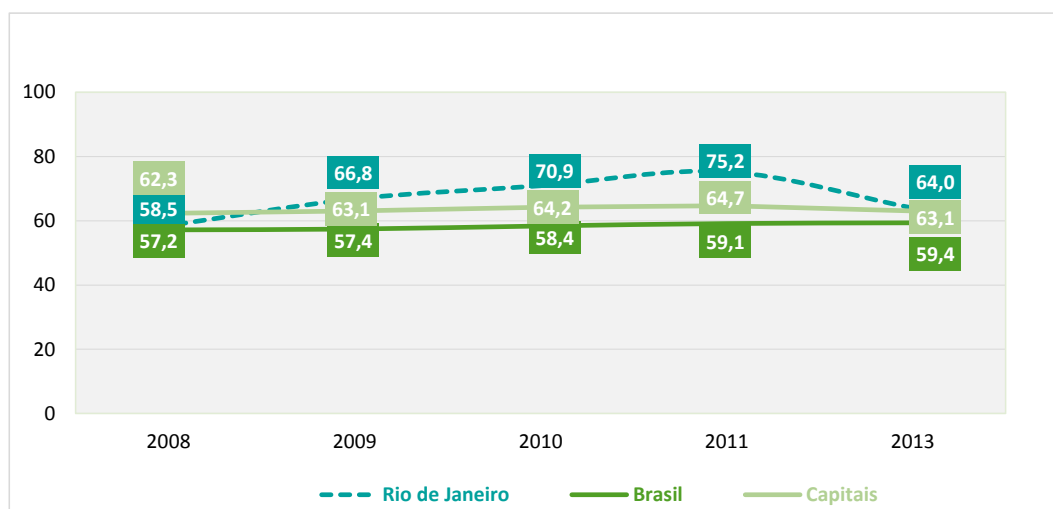
- Presença de barreiras à entrada de novos empreendimentos turísticos, sinalizadas pelos entrevistados - entre elas barreiras legais ou desincentivos fiscais (ex: impostos locais elevados).

## 2.12. Aspectos sociais

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes aos *Aspectos sociais*: (i) acesso à educação; (ii) empregos gerados pelo turismo; (iii) política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil; (iv) uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população; e (v) cidadania, sensibilização e participação na atividade turística.

Em *Aspectos sociais*, a média Brasil em 2013 foi de 59,4. O destino registrou 64,0 (nível 4) nessa dimensão em 2013, índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 13. Índices Aspectos sociais – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 63,1 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Indicadores sociais do município, como percentual de habitantes com acesso ao ensino, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), foram alguns dos dados considerados na composição do índice da dimensão *Aspectos Sociais*.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Adoção de políticas de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes por parte do poder público municipal;
- Existência de programas de incentivo ao uso dos equipamentos turísticos pela população local, ações contínuas realizadas por órgãos municipais;
- Sensibilização dos cidadãos sobre a importância da atividade turística para o destino – através da campanha Anfitriões do Futuro; e
- Envolvimento da comunidade local com a atividade turística por meio do Sindicato e Associações de Classe.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, estão:

- Os investimentos direcionados pelo município para a educação não ultrapassam o percentual obrigatório de 25%;

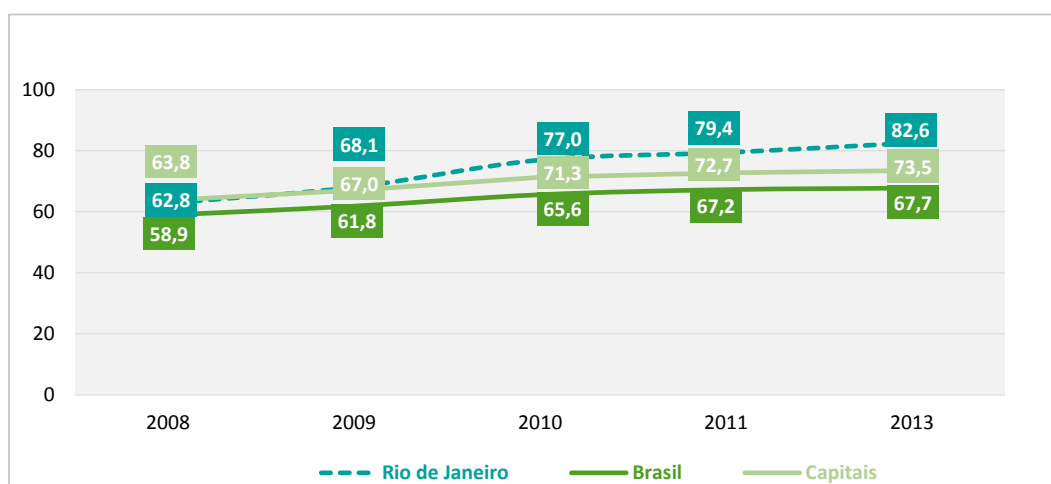
- Utilização de mão de obra informal durante a alta temporada, segundo relatos obtidos em campo;
- Inexistência de programa específico de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo;
- Ausência de política formal de conscientização do turista para o respeito à comunidade local/destino; e
- A população não é consultada sobre atividades ou projetos turísticos.

### 2.13. Aspectos ambientais

Para avaliar a dimensão *Aspectos ambientais* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura e legislação municipal de meio ambiente; (ii) atividades em curso potencialmente poluidoras; (iii) rede pública de distribuição de água; (iv) rede pública de coleta e tratamento de esgoto; (v) coleta e destinação pública de resíduos; e (vi) unidades de conservação no território municipal.

Em *Aspectos ambientais*, a média Brasil em 2013 foi de 67,7. O destino registrou 82,6 nessa dimensão em 2013 (nível 5), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 14. Índices Aspectos ambientais – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 73,5 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de um órgão municipal com atribuição de coordenar ou incentivar a preservação do meio ambiente;
- Existência do Conselho Municipal de Meio Ambiente ativo – CONSEMAC;
- Rede pública de distribuição de água;
- Existência de estação de tratamento de água para a sua reutilização;
- Realização de campanhas educativas periódicas para o uso racional da água;
- Disponibilidade de sistema público de coleta de esgoto com configuração de separador absoluto que atende ao destino;
- Destinação pública de resíduos sólidos residenciais e comerciais para aterro sanitário;
- Disponibilidade de serviços de coleta seletiva de resíduos; e
- Presença de Unidades de Conservação com atividade turística em território municipal – Parque Nacional da Tijuca - com conselho gestor e na qual se aplica de plano de manejo.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, figuram:

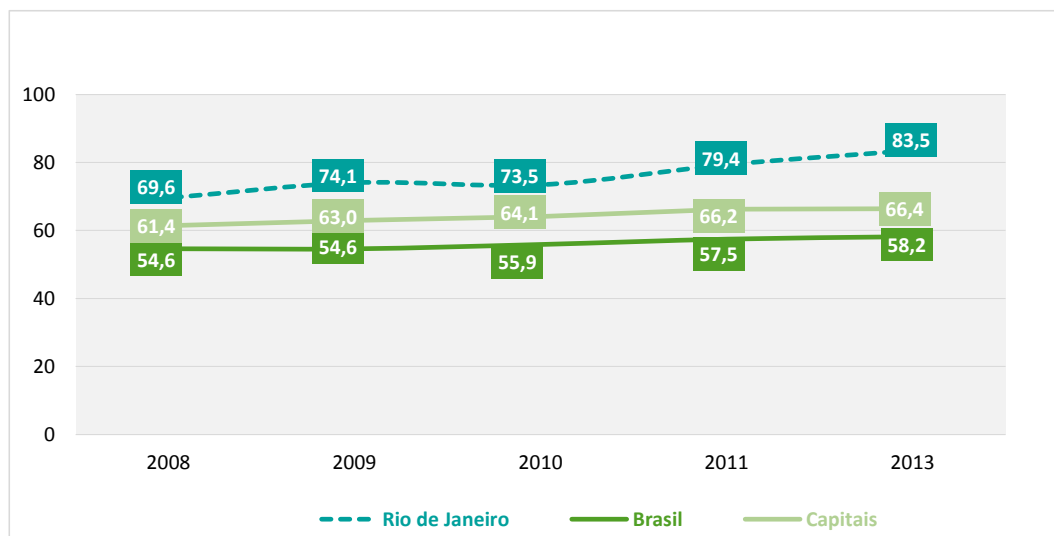
- Inexistência de Código Ambiental Municipal; e
- Presença de atividades potencialmente poluidoras, com alvará de funcionamento ou de localização no território municipal, como refinaria, indústria química, mineradora/garimpo e siderúrgica.

#### **2.14. Aspectos culturais**

Nesta dimensão foram considerados os seguintes quesitos: (i) produção cultural associada ao turismo; (ii) patrimônio histórico e cultural; e (iii) estrutura municipal para apoio à cultura.

Em *Aspectos culturais*, a média Brasil em 2013 foi de 58,2. O destino registrou 83,5 nessa dimensão em 2013 (nível 5), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 15. Índices Aspectos culturais – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das capitais avaliadas foi de 66,4 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de atividade artesanal típica, reconhecida em esfera nacional;
- Existência de culinária típica pela qual o destino é reconhecido em esfera nacional e em esfera internacional: tradicional feijoada, caipirinha, mate de galão vendido pelos ambulantes nas praias, entre outros;
- Presença de tradições culturais evidentes e típicas do seu território, entre elas a prática de esportes na praia, estilo do carioca de ser e seus costumes;
- Manifestações religiosas no destino – Festa de São Sebastião do Rio de Janeiro, Festa de São Jorge, entre outras;
- Existência de comunidade tradicional no território municipal – Quilombolas, Grupo Cacique de Ramos, escolas de samba, entre outras;
- Presença de grupos artísticos de manifestação popular tradicional – Boi Daqui, Jongo da Serrinha, Cacique de Ramos, Boi Brilho de Lucas, entre outros;
- Existência de patrimônios imateriais registrados que se constituem em atrativos turísticos, para os quais aplica-se política de preservação de bens culturais imateriais – Matrizes do samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro, Samba-Enredo, entre outros;

- Existência de patrimônios artísticos tombados considerados atrativos turísticos, como: Coleção de Partituras do Museu Villa-Lobos;
- Existência de sítio arqueológico tombado ou registrado – Sítio arqueológico do portal dos pretos novos (municipal), casa do pilão, Antiga Sé;
- Existência de bens tombados como patrimônio histórico – Acervo do Museu de Imagens do Inconsciente, Antiga Estação de Hidroaviões, Aqueduto da Carioca, Arco do Teles, entre muitos outros;
- Existência de bem reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO – A Cidade do Rio de Janeiro;
- Presença de órgão da administração local com atribuição exclusiva de incentivar o desenvolvimento da cultura;
- O destino aplica política municipal de cultura que, entre outros benefícios, ajuda a manter um calendário de manifestações culturais;
- Existência de legislação municipal de cultura;
- O destino aderiu ao Sistema Nacional de Cultura; e
- Existência de projeto para implementação de turismo cultural, como exemplo, o roteiro Caminhos da Fé – Igrejas Históricas do Rio de Janeiro.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Ausência de fundo municipal de cultura;
- Não há monitoramento da utilização turística do patrimônio cultural por meio da aplicação de plano de capacidade de suporte ou carga; e
- Inexistência de programa de incentivo à utilização de pessoal/profissional local na manutenção e/ou gestão dos bens culturais.

### 3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE

A Tabela 1 apresentada a seguir, consolida os resultados gerais do destino nas dimensões avaliadas. O índice geral é o resultado da soma ponderada das 13 dimensões, analisadas segundo a sua importância para a competitividade do turismo. É possível verificar ainda os índices do Brasil e do grupo das capitais, registrados nas últimas três edições do Índice de Competitividade.

Ao realizar uma análise sobre a série histórica dos resultados de Rio de Janeiro, é possível concluir que, em 2013, houve evolução do indicador de competitividade do destino (Índice geral) em comparação com o ano anterior da pesquisa<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Como explicado anteriormente, para que o município possa comparar os resultados, é importante observar que se considerou, como estabilidade do índice, um aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere que o índice evoluiu ou regrediu, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos.



**Tabela 1. Índices de competitividade do destino e médias Brasil e capitais**

Dimensões	Brasil			Capitais			Rio de Janeiro		
	2010	2011	2013	2010	2011	2013	2010	2011	2013
Índice geral	56,0	57,5	58,8	64,1	65,5	66,9	74,0	74,9	78,7
Infraestrutura geral	65,8	68,4	68,6	74,3	75,8	75,4	84,6	82,0	85,2
Acesso	60,5	61,8	62,6	72,0	74,0	74,9	88,1	88,2	89,4
Serviços e equipamentos turísticos	50,8	52,0	56,8	63,3	64,1	69,1	78,3	78,0	85,0
Atrativos turísticos	60,5	62,0	63,2	59,5	61,3	62,9	86,6	84,3	83,9
Marketing e promoção do destino	42,7	45,6	46,8	46,8	50,0	50,1	55,8	50,4	57,8
Políticas públicas	55,2	56,1	57,6	61,5	61,3	62,1	63,5	70,1	66,9
Cooperação regional	51,1	49,9	44,6	48,3	47,7	44,2	25,4	26,5	49,1
Monitoramento	35,3	36,7	37,4	42,6	44,3	45,1	56,4	53,7	58,5
Economia local	59,5	60,8	63,6	70,7	70,6	75,4	81,2	91,2	95,7
Capacidade empresarial	57,0	59,3	61,2	82,7	85,1	86,0	94,7	93,8	95,4
Aspectos sociais	58,4	59,1	59,4	64,2	64,7	63,1	70,9	75,2	64,0
Aspectos ambientais	65,6	67,2	67,7	71,3	72,7	73,5	77,0	79,4	82,6
Aspectos culturais	55,9	57,5	58,2	64,1	66,2	66,4	73,5	79,4	83,5

Fonte: FGV, SEBRAE, MTur, 2013

\* O resultado Brasil considera a amostra das 65 cidades analisadas. Os resultados das "Não capitais" refletem a média dos índices do grupo de cidades de mesma característica geopolítica.